



A Síntese Histórica e o Papel do Historiador na Perspectiva Metódica de Langlois & Seignobos

Fernando Sousa Teixeira¹

Resumo: O presente artigo busca fornecer ao leitor imagens sobre os historiadores metódicos Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, distintas dos rótulos pejorativos e caricatos ainda disponíveis. Além da noção de história presente em tais historiadores, próxima e distante (conforme seu método e objeto) das ciências naturais, abordamos os contornos de uma arquitetura considerada indispensável ao ofício do historiador: o modo como ordena, classifica, percebe relações entre os fatos, constrói explicações e as expõe de modo escrito. Ao deparar-se com a ausência dos homens de outrora e a missão de resgatá-los; após o exame crítico das fontes, não restaria outra forma de acessá-los senão mediante uma relação passado e presente, um jogo de semelhança e estranheza.

Palavras-Chave: Historiografia Metódica. Síntese. Papel do Historiador.

The Historical Synthesis and the Role of the Historian in the Methodic Perspective of Langlois & Seignobos

Abstract: The present article seeks to provide the reader with other images about Langlois and Seignobos, distinct from the pejorative labels and caricatures still available. Besides the notion of history present in such historians, near and distant (according to the method and object) of the natural sciences, we will approach the contours of an architecture considered indispensable to the office of the historian: the way he orders, classifies, observes relationships between facts, constructs explanations and exposes them in writing. When faced with the absence of the men of the past and the mission to rescue them; after the source criticism, there would be no other way to "access" them except through a past and present relationship, a game of resemblance and strangeness.

Keywords: Methodical Historiography. Synthesis. Role of the Historian.

Introdução

Oriundo de família protestante e republicana, ainda jovem, Charles Seignobos (1854-1942) assistiu o seu pai Charles-André Seignobos tornar-se deputado pela região de L'Ardèche (1871-1881 e 1890-1892). Durante seus quase oitenta e oito anos estudou em Tournon (França, 1871) e na Alemanha (nas cidades de Göttingen, Berlim, Munique e Leipzig) como tantos outros de seus compatriotas, especializou-se em III República e lecionou na Sorbonne. Manteve relações acadêmicas com historiadores importantes, sendo discípulo de Fustel de Coulanges, Ernest Lavisse e mestre de Marc Bloch.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG) sob orientação do Professor Doutor Cristiano Alencar Arrais.



Seus esforços reflexivos nos campos da epistemologia e metodologia, bem como suas obras sobre a história francesa e europeia imiscuíram-se com os anseios de profissionalização e cientificidade para a disciplina história e, igualmente, entraram em rota de colisão com as ciências sociais.

Na seara política colocou-se contra o *boulangisme*², em face do Caso Dreyfus, fora visto como um *dreyfusard* de primeira ordem. Participou como membro do Comitê Central da Liga dos Direitos do Homem e escreveu para alguns jornais e revistas. Tais elementos, entre outros, não foram suficientes, conforme aponta Charles Christophe (2009, p. 18-29), para arrancá-lo do purgatório no qual o sarcasmo de Lucien Febvre e os ataques de François Simiand o mergulharam. Quiçá, das imagens mais difundidas e repetidas, tão vibrantes quanto desfavoráveis ao seu respeito, não possamos esperar outra fonte senão o artigo *Méthode Historique et Science Sociale*³, no qual e com o qual foram projetadas.

Pelas palavras de Simiand (1903) os “íolos da tribo” (político, individual e cronológico)⁴ seriam condenados e a “nova ciência social” contrastada perante a “história tradicional”. Em consonância com tal empresa, “os *Annales* adotaram então um tom particularmente polêmico contra a história metódica que chamaram, em tom pejorativo, de historizante, e Charles Seignobos [foi] satanizado, ridicularizado em resenhas corrosivas” (DOSSE, 2012, p. 65).

Ao lado de Seignobos, o medievalista e paleógrafo francês Charles-Victor Langlois (1863-1929), escreveu uma obra célebre e pouco lida atualmente, intitulada *Introduction aux Études Historiques*⁵. Durante sua carreira, Langlois estudou na *École des Chartes*, lecionou na Sorbonne, dirigiu os Arquivos Nacionais (1913 e 1929), escreveu diversas obras como os três volumes de *La Vie en France au Moyen Âge: de la Fin du XIIe au Milieu du XIVe Siècle* (1925-1927), *Le Règne de*

² Movimento político de oposição à Terceira República (1886-1889). Esse episódio que contou com forças monarquistas e nacionalistas, organizadas em torno do general George Boulanger, representou uma grave ameaça ao regime republicano. O parlamento se encontrava dividido em várias tendências (conservadora, radical e oportunista) e conflitos, isso impossibilitava a governabilidade. Tal atmosfera política instável, composta de sucessivas mudanças de gabinete e ausência de estabilidade ministerial, suscitou um campo fértil para o *boulangisme* que defendia um governo forte e combatia o parlamentarismo. Contudo, o movimento ganhou formas distintas, com um caráter mais popular e republicano na capital, enquanto nas províncias esperava-se o retorno da monarquia mediante um golpe de Estado.

³ Método Histórico e Ciência Social (1903).

⁴ François Simiand combatia o “ídolo político” (ou seja, a mania de se enveredar pelos fatos políticos, guerras e outros, vistos sob a óptica da contingência), o “ídolo individual” (o privilégio dado ao indivíduo e aos grandes nomes) e o “ídolo cronológico” (o hábito de se perder nos estudos das origens) em prol de uma perspectiva sociológica e “científica” voltada para as regularidades, o estudo das instituições e os fenômenos sociais.

⁵ Introdução aos Estudos Históricos (1898).



Philippe III le Hardi (1887)⁶ e reuniu uma série de documentos pertinentes à história francesa e medieval. É considerado um dos historiadores metódicos juntamente com Fustel de Coulanges, Ernest Lavisse, Gabriel Monod e o próprio Seignobos.

Decerto, assim como percebeu Estevão Martins e Pedro Caldas (2013, p. 13) “é realmente impressionante o poder das caricaturas”. Segundo os professores, nem Sérgio Buarque e Ciro Cardoso conseguiram desfazer o equívoco envolto NA historiografia de Leopold Von Ranke (MARTINS; CALDAS, 2013, p. 13). Outrossim, a imagem caricatural perdura sobre Langlois e, sobretudo, Seignobos, “o ingênuo”, o historiador “positivista”, por excelência, “modelo a não ser seguido”. Rótulos depreciativos não faltaram, nem faltam ainda hoje. Mesmo os mais descabidos – ainda que venham associados a qualquer “delírio cientificista” – dificilmente podem negar o compromisso desses historiadores em demonstrar a cientificidade da história e a legitimidade do método histórico.

Antes de tratarmos da síntese histórica, propriamente dita, convém tecermos algumas considerações, embora ligeiras, sobre a concepção histórica de tais historiadores. A ciência caracteriza-se pela natureza de seu objeto e por um método específico. Objeto e método possuem uma relação intrínseca pela qual a ciência da história destoa-se das demais. Assim, a história lida com os fatos passados e humanos, a ciência da química estuda os fatos químicos, a ciência da biologia estuda os fatos biológicos (SEIGNOBOS, 1901, p. 1-2). Aliás, o passado dos animais e das plantas não pertenceria à história em sua acepção moderna. Preocupada, exclusivamente, com a vida dos homens em sociedade, ela desvencilhara-se do que outrora fora chamada de “história natural”.

Noutro caso, a contraposição da história enquanto “ciência da observação” (ocupando-se dos fatos passados) diante das “ciências descritivas” da humanidade (centrada nos fatos presentes) não se sustentava. Tal fronteira não poderia ser erguida, posto que, conforme Seignobos (1901, p. 2-3), tanto a Revolução de 1830 (presente para os que a fizeram) quanto a sessão da Câmara ocorrida ontem são igualmente fatos passados. Dentro dessa linha de raciocínio, inexistente fato histórico por natureza. Essa adjetivação não é inerente ou imediata, dá-se conforme uma *position* (posição). “É histórico todo fato que não podemos mais observar diretamente, porquanto já deixou de existir”

⁶ A vida na França durante a Idade Média: desde o final do século XII até metade do século XIV; O reino de Felipe III, o Ousado.



(SEIGNOBOS, 1901, p. 3)⁷, o que já não é mais se torna histórico por força do modo como o conhecemos.

Daí a importância dos vestígios: objetos materiais (vestígio direto) e escritos (vestígio indireto, documentos). A história não se faz sem documentos, essa foi uma das primeiras preocupações de Langlois e Seignobos (2009, p. 59). Igualmente, Bloch e Febvre (1929, p. 58-59) nos *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (1929-1938) apontaram a ausência de fontes ou a dificuldade de reuni-las como um dos grandes obstáculos impostos ao progresso da história econômica. “O método histórico busca examinar documentos para chegar a determinar os fatos antigos cujos documentos são os vestígios” (SEIGNOBOS, 1901, p. 4)⁸. Seu manejo não busca leis gerais ou permanências de fenômenos à guisa de determinadas ciências (química, física, biologia etc.), seus fatos são observáveis de modo indireto. Não obstante, como se compõe sua cientificidade?

Aos olhos da dupla Langlois e Seignobos (2009), o método histórico assemelha-se aos demais métodos científicos. Obviamente não leva, a rigor, o modelo físico-matemático, o que de acordo com Ortega y Gasset (1982, p. 42) “na sua forma crassa de naturalismo, ou na sua forma beatífica de espiritualismo, mal podia enfrentar os problemas humanos”.

Primeiro, estuda o documento para descobrir quais fatos passados aparecem sob a forma de vestígio, assim interessa-lhe as condições e operações pelas quais os indícios vieram ao mundo, a crítica externa (heurística) e a crítica interna (hermenêutica). Estabelecidos os fatos, estes são agrupados em uma construção metódica para descobrir as relações entre eles.

No prefácio de *La Méthode Historique appliquée aux Sciences Sociales*⁹, Prost (2014) reconheceu nesse esquema um “classicismo incontestável”, bastante, encontrado em obras destinadas à epistemologia da história, incluindo a “Apologia da História” escrita por Bloch.

Como se escrevem os livros de história? Como se apresentam? Quais as suas finalidades? O que se entende como obra histórica? De acordo com Langlois e Seignobos (2009, p. 281), uma obra histórica destina-se a expor os resultados de um trabalho de estruturação histórica, sua extensão e importância. Com efeito, isso implicava modos distintos de escrever a história, olhares

⁷ “Est historique tout fait qu'on ne peut plus observer directement parce qu'il a cessé d'exister”.

⁸ “La méthode historique consiste à examiner les documents pour arriver à déterminer les faits anciens dont ces documents sont les traces”.

⁹ O Método Histórico Aplicado às Ciências Sociais (1901). Obra escrita por Seignobos.



divergentes acerca de questões fundamentais como a seleção dos acontecimentos, o modo como mostrar os fatos e prová-los.

Apenas em linhas muito gerais são expostas em *Introducción a los Estudios Históricos* as formas historiográficas ao longo da história. Basicamente, apenas o mundo antigo, o século XVIII e meados do século XIX são assistidos. Durante a antiguidade, a história era vista como uma narrativa de acontecimentos notáveis, preocupada com a memória e o registro de feitos gloriosos de um homem, uma família ou um povo. Caracterizando-se, inclusive, pelo seu caráter literário (o historiador se propunha a agradar ou instruir, por vezes a ambas), imiscuíam-se o conteúdo dos documentos, as palavras do historiador e os adornos.

Durante o Renascimento, os autores em quase tudo teriam imitado os antigos. Salvo certas mudanças ocorridas ainda no medievo, mais precisamente “a história universal” (criada por Eusébio e Osório desde a Baixa Idade Média) e um “recurso material de exposição” – as glosas – muito habitual nas escolas medievais. Quase sem nenhuma alteração, chegaríamos até o século XVIII quando filósofos como Voltaire e Montesquieu introduziram a temática dos costumes humanos à história e fora adotado um apontamento dos “progressos humanos” (em apêndice ou índice). Porém, persistiam os holofotes sobre os relatos políticos e militares.

Malgrado o romantismo no início do século, a história só seria uma exposição científica em meados do século XIX. O romantismo teria mantido um caráter literário, poético e, por vezes, novelesco. Sob a ótica de Langlois e Seignobos (2009, p. 285), a eleição do assunto, do esquema, das provas, do estilo, que aparece em todos os historiadores românticos subordinados à busca do efeito não demonstra uma preocupação científica e sim literária.

Por seu turno, a dupla de historiadores metódicos se via inserida em um percurso inaugurado há meio século. As formas científicas haviam sido estabelecidas e, conforme Langlois e Seignobos (2009, p. 286-287), elas se encontravam em harmonia com a ideia geral de que o fim não é nem agradar, nem comover, nem proporcionar receitas práticas de conduta, senão simplesmente saber. As monografias, repertórios, manuais e diversas obras nutriam tal propósito científico, contudo “velhos vícios” persistiam (referências inexatas, nomes e textos corrompidos, citações de segunda mão, generalizações pueris etc.).

Algumas divulgações foram criticadas por contrariar os critérios da exposição histórica na medida em que repetiam as “antigas práticas”. A razão apontada seria a insuficiente preparação e a



categoria literária dos divulgadores. Noutros casos, o pior ocorria, pois os agravantes se davam não com divulgadores desatentos ou maus escritores. Embora fossem escrupulosos e minuciosos com relação aos detalhes, de acordo com Langlois e Seignobos (2009, p. 295) muitos se deixavam levar pelas suas preferências espontâneas ao tomar partido, ao condenar ou exaltar, ao permitir considerações de cunho patriótico, moral e metafísico. Assim, condenaram os “descuidos” de outros historiadores (Mommsen, Droysen, Curtius e Lamprecht) cuja formação não deixava nada a desejar e, “paradoxalmente”, cometiam graves atentados contra o método científico.

A Síntese com vistas à Construção Histórica

A síntese na perspectiva de Langlois e Seignobos trata dos requisitos gerais para a construção histórica. Procedida à análise (heurística e hermenêutica), segue-se a necessidade de converter o resultado da crítica documental em um escrito claro, coeso e rigoroso. Trata-se do problema da explicação em torno dos fatos, suas relações e, por conseguinte, a exposição. Como estruturar a história diante de documentos, dos quais constam os mais diversos fatos? Quais respostas buscar? Afinal, quais perguntas foram feitas?

Concatenada a impossibilidade de visualizar o acontecimento, propriamente dito, a interpretação, a imaginação, as representações e as imagens concernentes ao passado implicam um caráter, eminentemente, subjetivo à disciplina (o que não significa capricho ou irresponsabilidade). Entretanto, embora tenhamos como ponto de partida o presente, vigora a diferença em relação aos homens de outrora; digna do mais profundo interesse histórico.

A própria presença do passado em meio ao presente, de certa forma, o torna possível, “os agentes históricos e os historiadores partilham um campo de práticas e de experiências suficientemente comum para que, malgrado as discontinuidades e as diferenças, o conhecimento dos primeiros pelos segundos seja possível” (CHARTIER, 2011, p. 367).

Os diversos fatos históricos mantêm como característica comum a sua procedência documental. Representam fenômenos de natureza bastante diversa, apresentam diferentes graus de generalidade, desde os mais gerais (instituições, costumes, crenças) até os menos gerais (uma frase ou um gesto). Com efeito, ocorrem em uma época e um país concreto (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2009, p. 216). Alguns fatos nos são privados pela ausência de testemunhos, abrindo espaço às conjecturas.



Essas considerações sobre os fatos históricos marcam distinções em relação às ciências experimentais. Nesse sentido, em aula proferida no *Lycée d'Amiens* (1914), Marc Bloch não tão somente contrastava a sua condição enquanto historiador (e professor) como, também, destacava o papel dos testemunhos em seu ofício. Para Bloch (1950, p. 2), nós não temos um conhecimento imediato e pessoal como o professor de física o tem da eletricidade; em nosso caso, a ausência dos testemunhos nos conduz à ignorância total e irremediável.

Aos olhos de Langlois e Seignobos (2009, p. 217), as ciências são formadas por uma gama de respostas e, por seu turno, perguntas – formuladas conforme um método. “A ciência não nasceu equipada do cérebro do físico, ela é um processo antes de ser um acabamento, ela é um penoso esforço para recomeçar a pensar de maneira precisa” (MOLES, 1995, p. 16).

Dentre as reflexões que buscaram atribuir uma imagem ingênua à dupla constam as acusações de Marrou (1975). Ao tomar a história como inseparável do historiador, o autor concebe a obra *Introduction aux Études Historiques* como um contraponto decisivo. Denuncia o “manual erudito positivista” e a ilusão dos seus teóricos, “deslumbrados”, “ingênuos” e intimidados diante dos triunfos das “ciências exatas” (física, química, biologia).

Os preceitos “positivistas”, por assim dizer, tornariam o papel do observador demasiadamente pequeno, desprezível ou mesmo reduzido a zero, um instrumento meramente passível. Marrou rechaçava considerações desse porte e, por conseguinte, a inexistência de uma realidade histórica pronta e acabada antes da ciência, visto que a mesma resulta “do esforço, num sentido criador, pelo qual o historiador, o sujeito cognoscente, estabelece relação entre o passado que evoca e o presente que é o seu” (MARROU, 1975, p. 48). Destarte, esse historiador ignora o caráter subjetivo atrelado ao pensamento dos autores.

Por outro lado, Dosse (2003, p. 42) lembra que “os historiadores da escola metódica não eram os ingênuos pelos quais os fazem passar. Não se pode dizer que eles cultivavam o fetichismo do documento nem negavam a pertinência da subjetividade”. Não se tratava de uma mera “reconstituição” cujos fatos já estariam disponíveis, cabendo apenas recortá-los e em seguida colá-los. Para Prost (2008, p. 76), a formulação de questões históricas carrega consigo a própria noção das fontes e dos possíveis procedimentos. Preocupados com a análise e síntese históricas, Langlois e Seignobos (2009, p. 218) não concebiam outra forma de escapar a confusão dos materiais que os rodeavam senão por meio de interrogações.



Ora, como formular perguntas em uma ciência tão distinta das demais? Escapam-lhe o caráter objetivo, a observação direta e certos procedimentos de “análise”. Conforme Langlois e Seignobos (2009, p. 219) em história não se vê nada real com exceção do papel escrito, algumas edificações e objetos manufaturados. Tampouco, o historiador lança mão de algo que possa realmente analisar, desconstruir e recompor. Por esse motivo entendem a “análise histórica” como uma abstração ou apenas uma operação mental.

Em razão da característica de seus próprios materiais, a história é uma ciência subjetiva. A ela compete guardar-se da tentação de imitar o método das ciências naturais. Fonte exclusiva do conhecimento histórico, os documentos seriam capazes de informarem acerca de três categorias de acontecimentos: seres vivos e objetos materiais (físicos), atos humanos (individuais e coletivos), motivações e ideias (fatos psíquicos). Sob a óptica de Langlois e Seignobos os historiadores lidam sempre com “imagens”, malgrado a maioria não se aperceba disso e esteja convencida de observar realidades.

Portanto, os fatos imaginados pelos historiadores são uma condição *sine qua non* para o seu ofício. Sendo essa relação envolvendo investigador e objeto, entre outros, tida como um empecilho à pretensão científica da disciplina. Desse caso, emanam discussões espinhosas presas ao calcanhar da história desde o momento no qual reclamara um lugar em meio às demais ciências.

Uma vez admitida a condição narrativa da história, nos lembra Chartier (2001), alguns são levados a negarem toda a verdade própria do discurso histórico. É nesse ponto que o autor observa a força e o perigo de Hayden White. Para Chartier (2001, p. 360-361), após ter identificado os *tropos* da retórica neoclássica (metáfora, metonímia, sinédoque, ironia) que são figuras presentes em todas as formas de elaboração narrativa. White considera que a escrita da história depende apenas dessas matrizes retóricas. Com isso, as operações técnicas próprias à disciplina, a realidade do passado visada pelo discurso histórico são negligenciadas.

O caráter construtivo da história busca uma representação da realidade pretérita. Conforme Noiriel (2014), responsável pelo prefácio da recente edição de *Introduction aux Études Historiques*¹⁰, o percurso científico característico do historiador consiste em exercer o seu espírito crítico com o intuito de superar o entrave que constitui o conhecimento indireto. O grau de

¹⁰ Em 1914 a ENS Éditions publicou tanto a obra *Introduction aux études historiques* (1989) quanto o livro *La Méthode Historique appliquée aux Sciences Sociales* (1901) escrito por Seignobos.



similitude entre os acontecimentos de outrora e os feitos contemporâneos concatenados ao historiador, tanto permite a compreensão quanto suscita erros, esconde perigos. Nessas circunstâncias, sociedade, costumes estão situadas noutra anfiteatro e as precauções sobre essa inquietante constatação revelam considerável preocupação com aquilo que Febvre (1947, p. 8) chamaria de “o maior dos pecados” do historiador, o anacronismo.

A semelhança entre o passado e o presente ocorre, somente, de maneira parcial. Então como lidar com esse jogo que também envolve estranheza? Como representarmos as ações humanas passadas sem cairmos em pecado? O que muda? Afinal, a história procura mudanças. A saber, “não temos visto tropa alguma semelhante aos guerreiros francos, nem experimentado pessoalmente os sentimentos de Clóvis. Como imaginar tais feitos de modo que resultem conforme a realidade?” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2009, p. 224)¹¹.

Destarte, bastaria construir uma representação dos indivíduos e ações de modo isolado? Qual relação Langlois e Seignobos estabeleceu entre a sociedade presente e as ações operadas pelos homens de outrora? Como essa interação repercute em síntese histórica?

Decerto, não se faz história sem vestígios, mas isso não é tudo. Torna-se necessário imaginar um conjunto (uma sociedade, um “processo evolutivo”) não proporcionado pelos documentos. Se, por um lado, a similitude esconde perigos, por outro o torna, de alguma maneira, “inteligível” por analogia. Como dizia os dois historiadores: “Não vemos o passado; não sabemos dele senão por sua semelhança com o presente” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2009, p. 225)¹². A grandeza do presente não permitia seu rechaçamento. Guardada as devidas proporções, não havia como e nem razão para afastá-lo.

A Organização dos Fatos e o Recorte Histórico

Diante do caos dos fatos históricos, impõe-se a necessidade de estreitar o campo de investigação. Produzidos tanto em um determinado lugar e momento quanto no ânimo de um indivíduo ou grupo de indivíduos, os fatos são, igualmente, classificados conforme sua natureza (condições materiais, hábitos intelectuais, costumes materiais, organização da economia, instituições sociais e públicas). Nesse sentido, a disposição dos fatos históricos assume contornos

¹¹ “No hemos visto tropa alguna semejante a los guerreros francos, ni experimentado personalmente los sentimientos de Clovis. ¿Cómo imaginar tales hechos de modo que resulten conformes con la realidad?”

¹² “No vemos el pasado; no sabemos de él sino por su semejanza con el presente”.



temáticos de acordo com a época, o lugar e os atos de determinada espécie (língua, governo, pintura (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2009, p. 234).

O problema das perspectivas, supostamente, opostas é suscitado nesse percurso, ou seja, quando o historiador precisar organizar os fatos. De um lado, a narração continua sobre o individual, o particular, o passageiro; de outro, o quadro dos hábitos sucessivos, o coletivo, o geral e o duradouro (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2009, p. 235). Em outras palavras, tal dilema envolve o ato humano único e os fatos coletivos. Intriga da qual vazava uma série de discussões hostis dentro do campo historiográfico francês.

Conforme Langlois e Seignobos (2009, p. 235), os alemães viviam conflitos semelhantes. Se na França a história das instituições e a história política (desdenhosamente chamada de história batalha) se opunham, na Alemanha o mesmo ocorria com a história da civilização e a história tradicional.

A oposição explica-se para os referidos historiadores na medida em que cada um dos lados estava habituado a manejar um tipo diferente de documentos (a saber, os documentos políticos informariam, sobretudo, sobre atos individuais e passageiros). Diante dessa controvérsia, não precisaríamos tomar partido, ambas as perspectivas são indispensáveis à completa ordenação histórica.

Os hábitos do pensamento, de vida e conduta compõem parte essencial da história, tal qual a vitória de Farsália ou a tomada da Bastilha para a compreensão das instituições romanas e francesas (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2009, p. 236). Ambas as interpretações confluem para uma finalidade cognitiva. Embora a polêmica seja evidenciada, não fora alvo de abordagens mais aprofundadas e sistematizadas por parte da dupla.

Contudo, os costumes, as instituições e o que há de mais duradouro em uma sociedade são observados sob o prisma da mudança. A história seria antes de tudo o estudo da evolução das sociedades, ou seja, uma ciência que visa transformações em sentido contínuo. Em contraste com a biologia, não se ocupa da evolução da espécie, de fenômenos hereditários e fisiológicos e, sim, se volta para o campo social. Segundo Seignobos (1901, p. 142), as ciências sociais haviam negligenciado esse aspecto e os poucos sociólogos que o consideraram, lançaram mão de noções biológicas ou de leis universais.



Havia entre as declaradas preocupações dos dois historiadores o cuidado com a contenção dos impulsos, a tendência espontânea. Outrora, advertiam sobre a tendência de imaginar um grupo humano como um rebanho, um conjunto de indivíduos similares. Nem mesmo uma sociedade centralizada é um conjunto homogêneo, “uma mesma pessoa pertence a várias coletividades, e em cada uma delas se reúne com camaradas diferentes” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2009, p. 237)¹³. A complexidade histórica, ao mesmo tempo, contempla o momento (estágio) no qual se configurara a vida humana em sociedade, cabendo abordar sua situação em face dos múltiplos costumes dos homens e as distintas circunstâncias materiais.

De acordo com Seignobos (1901, p. 144), o estudo da evolução dos fatos sociais atenderia a requisitos comuns a todas as ciências: para constatar é preciso isolar; para compreender é preciso relacionar. Assim, os feitos estudados em particular não se encerram em seu gênero (religião, arte, direito) e, tampouco, a mudança torna-se compreensível quando refém da exclusividade de algum.

Convém ressaltar que a evolução de um costume e uma instituição (língua, religião, igreja, estado) não passaria de uma metáfora, ou seja, “uma mudança de hábito indica uma mudança naqueles que o praticam” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2009, p. 242)¹⁴. A rigor, os costumes e as instituições não evoluem e sim os indivíduos, contrariando a visão da sociologia durkheimiana que defende uma realidade social objetiva, independente e preexistente com relação ao indivíduo.

A inevitável recorrência aos documentos históricos por parte das ciências sociais deveria aproximá-las do método histórico. Contudo, ao mesmo tempo, isso implicava um modo de interpretá-los. Do ponto de vista epistemológico, os objetos com os quais lidam os historiadores se agrupam em três categorias: a existência de seres materiais, diretamente observáveis (os corpos humanos, desertos, os produtos da atividade humana etc.); os atos humanos, esses são sempre passados e não podemos mais observar (são fatos relativos a um único homem, individual, ou a vários, coletivo) e as motivações e as ideias (os atos humanos não encerram sua causa em si mesmos, há um motivo, um impulso que leva a realização do ato) (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2009, p. 220-221).

Destarte, a recorrência aos documentos colocava em cena um irresistível entendimento psicológico dos fatos sociais e, por conseguinte, confrontava a observação dos fatos exteriores do

¹³ “Una misma persona pertenece a varias colectividades a la vez, y en cada una de ellas se reúne con camaradas diferentes”.

¹⁴ “Un cambio en una costumbre indica un cambio en quienes la practican”.



positivismo comteano. Não obstante, a dupla metódica que se empenhou em rechaçar a noção de um progresso contínuo e necessário da humanidade, condenou o fato de Auguste Comte ter omitido os estados interiores ou uma interpretação psicológica em prol da observação dos fatos exteriores. Os próprios fatos exteriores seriam produtos de estados interiores.

À luz de Langlois e Seignobos (2009, p. 109), estudar os fatos exteriores sem, tão somente, conhecer os estados psicológicos que os motivaram seria querer compreender os movimentos de uma orquestra sem saber a música que ela toca. Aliás, dos adjetivos “carinhosamente” empregados aos respectivos historiadores nenhum se mostra tão enganoso e facilmente evocado, seja por um deslize semântico abusivo e arredo ao termo “positivo” (REVEL, 2009, p. 31) ou a insuficiência de leitura quanto àquele que os associa, justamente, ao positivismo.

Ademais, o estudo dos fatos sucessivos implicava periodizações, a demarcação de certos limites, começo e término. Algo sobre o qual Krzysztof Pomian (1990, p. 123) discorrera a respeito de sua pluralidade e, encontra-se presente em manuais escolares e nas universidades. De tal modo, encontramos variadas periodizações, cujos períodos delimitados conforme acontecimentos pontuais são de duração desigual.

Para os historiadores metódicos em questão, a importância de um acontecimento não se devia a sua espetacularidade, porém, aos acontecimentos que deste foram suscitados posteriormente. A evolução apresentava irregularidade, inconstância (o que não seria motivo para inquietação), bem como os períodos, cada qual, conforme suas próprias alterações: (mais) lentas ou (mais) ligeiras. Conforme Langlois e Seignobos (2009, p. 246), foi a partir dessa diferença que Saint-Simon sugeriu a distinção entre períodos orgânicos (de lenta transformação) e críticos (de acelerada transformação).

Os Questionamentos do Historiador

A elaboração sintética corresponde a um passo decisivo no método ilustrado por Langlois e Seignobos, porquanto busca manejar os fatos obtidos por meio de sínteses descritivas, quantitativas, qualitativas e empenha-se em descobrir os vínculos entre os fatos. São buscadas explicações e respostas tocantes às questões postas em forma prévia de questionário. Ao historiador confrontava-se uma situação, de certa maneira, ambígua. Pois, por um lado todos os acontecimentos pretéritos merecem um lugar na história e, por outro, nos deparamos com a impossível apreensão de um saber absoluto. Quais escolhas fazer? Quais critérios seguir para eleger um assunto e não outro?



Dentro de um arcabouço metodológico, o questionário é um procedimento subjetivo, indispensável e construído *a priori* com base nas condições gerais pertinentes aos homens em sociedade, um modo de interrogar as fontes. Seignobos não ignorou a possível desaprovação de muitos nesse sentido. Todavia, não restaria outra opção, outro procedimento, senão levar em consideração a imaginação e nossas próprias experiências. Conforme o autor, nós só podemos classificar os fatos imaginados por meio de quadros fornecidos pelo conhecimento que temos do mundo real (SEIGNOBOS, 1901, p. 123-124). A pesquisa histórica se desenvolve com o intuito de responder as questões postas de antemão pelo historiador. O questionário é tido como uma lista de condições gerais, comuns aos homens que vivem em sociedade.

O jogo de estranheza e familiaridade se aplica a tal questionário. Tendo em vista a vida humana, ele aproxima os homens (ou a maioria) das mais diversas épocas e continentes, conferindo-lhes exigências necessárias e evidentes (fisiológicas, materiais, psicológicas que implicam em hábitos de conduta). Porém, sem ofuscar seus contrastes. Na perspectiva de Langlois e Seignobos (2009, p. 225-226), caso os homens falassem sempre o mesmo idioma e contassem sempre com o mesmo governo, não teríamos uma história das línguas e dos governos. Supondo que em quaisquer circunstâncias determinado povo possui uma língua e um governo, caberia ao historiador descobrir o modo como se deram respectivamente.

Assim, a elaboração do questionário comprime uma relação de fenômenos fundamentais da vida humana e auxilia a ordenação dos fatos históricos em grupos (hábitos intelectuais, organização econômica, instituições sociais), correspondendo cada qual a um conjunto de interesse de conhecimentos específicos (geográfico, linguístico, artístico etc.). A estruturação histórica organizada por tais historiadores, mediante um quadro de classificação geral, seria criticada por Simiand (1960) e Febvre (1992). Esse último a chamara de “história-quadro” e sarcasticamente conferiu-lhe uma metáfora, o “sistema de cômoda”. Quiçá, alimentado por um anseio pedagógico e pragmático, se os metódicos, *in loco*, não vislumbravam a possibilidade de abrir mão de um questionário (ainda que não fosse o defendido por eles), contudo, reconheciam certas limitações (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2009, p. 226). O questionário compreendia fenômenos habituais, não podendo prever os múltiplos acontecimentos pontuais ou acidentais; não podia incluir todas as perguntas e o estudo detalhado dos fatos exigiria questionários ainda mais pormenorizados.



A construção histórica leva em consideração aspectos característicos dos fatos gerais ou singulares (buscando aquilo que os diferenciam), sua extensão e duração. Precisa determinar seus elementos, distinguindo os fatos gerais dos fatos únicos (acontecimentos). São tidos como fatos gerais “os atos comuns a um grande número de indivíduos e reiterados com frequência” (as línguas, regulamentos, leis, crenças e outros, percebidos em sua evolução e variantes, comparados, precisados em seus limites espaciais e temporais, desde a aceitação voluntária pela massa até sua transgressão), estabelecidos em seu caráter, extensão e duração (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2009, p. 259). Enquanto os fatos únicos “se caracterizam por não terem se produzido mais que uma única vez”, igualmente, considerados em seu caráter (o que o distingue dos demais, as circunstâncias e causas imediatas), extensão temporal e geográfica (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2009, p. 259-264).

Quanto à seleção dos fatos e personagens, para além das preferências ou simpatias particulares, “o único critério de seleção válido para todos os historiadores deve ser o papel desempenhado na evolução dos fatos humanos” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, p. 261-264)¹⁵. Além de elementos que trazem as características dos fatos, a síntese descritiva, compõe-se de elementos quantitativos (medida, contagem, avaliação, amostragem, generalização), interessando-se pela recorrência, muito embora, alguns procedimentos sejam menos dignos de confiança do que outros em termos de rigorosidade.

A título de exemplo, a generalização não seria mais do que uma forma intuitiva de simplificação implicando riscos tal como tomar a parte pelo todo. Apesar da ressalva, tais historiadores consideram necessária a quantificação para termos noção da importância dos fatos, “uma coisa é uma prática ser notada por uma centena de pessoas outra é ser observada por um milhão de pessoas”(LANGLOIS;SEIGNOBOS, 2009, p. 264)¹⁶.

Mas, ainda assim, contamos apenas com uma massa de observações isoladas, cabendo investigar como se relacionam. A isolação dos fatos está para a constatação, assim como a aproximação está para compreensão. Faz-se necessário dar forma a um conjunto (instituições, grupos humanos, acontecimentos), buscando, inclusive, as relações entre feitos distintos e simultâneos dentro de uma determinada sociedade.

¹⁵ “El único criterio de selección válido para todos los historiadores debe ser el papel desempeñado en la evolución de los asuntos humanos”.

¹⁶ “No es lo mismo que una práctica haya sido observada por un centenar que por un millón de personas”.



Conforme Langlois e Seignobos (2009, p. 271), tais vínculos são conhecidos como *consenso* e, no caso da Escola Alemã como *Zusammenhang*, presente em Lamprecht, no surgimento da teoria *Volkgeist* (“espírito do tempo”) e na França, de modo deformado, sob o nome de “alma nacional”. A dupla pretende demonstrar o quanto os diferentes fatos (políticos, sociais...) encontram-se conectados entre si, compartilhando caracteres comuns na realidade.

Embora haja o reconhecimento de certa “solidariedade”, a abordagem dos dois historiadores não corresponde a um método metafísico, nem aspira imitar as ciências biológicas. A construção de uma ciência não seria fruto de um ideal desejado, e sim da realidade e dos materiais ao nosso alcance e disponíveis. “A necessidade de remontar-se acima da mera constatação dos fatos para explicá-los mediante suas causas, necessidade que está na raiz de todas as ciências, acabou por deixar-se inclusive no âmbito da história” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2009, p. 272)¹⁷. Alguns, ansiosos pela determinação de leis e causas históricas, teriam engendrado a filosofia da história (Mommsen, Droysen, Cousin, Taine e Michelet).

Ao passo que a metafísica se disfarçasse de ciência, o historiador não deveria ocupar-se nem das causas primeiras nem das causas finais. A velha teoria teológica atrelada à noção de providência pode até consistir em um *a priori* consolador, mas não científico. Por seu turno, o estudo metódico também procura causas, entretanto, por meio de uma análise das circunstâncias pelas quais o fato se produziu. Vistas como necessárias para a formulação dos acontecimentos e o estabelecimento dos períodos. Em sua série de acontecimentos, a história “é uma cadeia evidente e indiscutível de fatos acidentais”. De tal forma, a dupla associa o golpe de lança de Montgomery¹⁸ à subida dos Guisa ao poder que, por sua vez, é associada à sublevação do partido protestante, estabelecendo elos entre os eventos. Os esforços se davam com vistas à construção de uma ciência capaz de suportar a demanda vigente cujas leis e as causas se revelavam concatenadas ou equivalentes.

¹⁷ “La necesidad de remontarse por encima de la mera constatación de los hechos para explicarlos mediante sus causas, necesidad que esté en la raíz de todas las ciencias, ha acabado por dejarse sentir incluso en el ámbito de la historia”.

¹⁸ Durante um torneio Gabriel de Lorges, conde de Montgomery atingiu com um golpe acidental de lança o rei Henrique II da França, o que causou uma ferida infecciosa que levou o monarca à morte. O clima de incerteza e tensão causado pela morte do rei (que em vida viveu cercado por vários nobres católicos, dentre eles Francisco de Guise e Carlos de Lorraine) cresceu na medida em que a casa de Guise monopolizou o poder em detrimento do jovem rei Francisco II. Temendo a influência exercida pela família católica sobre o novo rei, os protestantes se revoltaram. Tais eventos aparecem como os precursores das guerras de religião que assolaram o solo francês.



As bases científicas mais gerais lhes pareciam assentadas sobre as noções de decomposição, relação e causalidade. Assim, a história se aproximava e, ao mesmo tempo, distinguia-se das demais ciências, traçando os contornos, limites e problemas pertinentes à disciplina. Postada em rota de colisão com a sociologia durkheimiana – posteriormente, com a perspectiva dos *Annales* –, cuja explicação causal acentuava a força dos fenômenos coletivos e superava o indivíduo, tratando de regularidades e não singularidades (mais precisamente); condições sem as quais a história não poderia almejar cientificidade. Conforme Silva (2010, p. 379), o livro intitulado *La Methode Historique appliqué aux Sciences Sociales*, escrito por Seignobos, buscou complementar a obra feita em coautoria com Langlois e responder alguns críticos. As pretensões do historiador somadas ao desejo de demonstrar a aplicabilidade do método histórico no seio das ciências sociais lhe trouxeram ainda mais críticas.

Depois de quase sessenta anos, a revista dos *Annales* sob a direção de Fernand Braudel publicaria novamente o artigo *Méthode Historique et Science Sociale*, colocando em cena o modo como um dos discípulos de Durkheim, opôs a causalidade histórica proposta pelos metódicos à própria ciência. Segundo Simiand (1960, p. 5), o estabelecimento de um elo causal se faz, não entre um agente e um ato, não entre um poder e um resultado, mas entre fenômenos exatamente de mesma ordem, o que implica uma relação estável, uma regularidade, uma lei. Para que o estudo dos fatos humanos se constitua em ciência positiva precisa desviar-se dos fatos únicos para dedicar-se aos fatos que se repetem, ou seja, afastar o acidental para prender-se ao regular, eliminar o indivíduo para estudar o social.

Mediante os discursos sobre o método histórico e sua validade científica, Langlois e Seignobos não nos parece preocupado em resistir (ou curvar-se) à razão físico-matemática. Tampouco ao racionalismo, como faria Ernesto Sabato, de cientista a crítico do racionalismo: “os caminhos da cultura humanista foram percorridas até o abismo. Aquele homem europeu que entrou na história moderna cheio de confiança em si mesmo e em suas potencialidades criadoras agora sai dela em farrapos” (SABATO, 2008, p. 100).

A preocupação dos dois historiadores consistia, apenas, em ressaltar a excepcionalidade de sua disciplina no campo das ciências, de certa forma, caracterizada por um caráter “especulativo” (não a qualquer preço) e mesmo desfavorável (diferente de uma observação direta dos fatos), sem



abrir mão do pertinente rigor. Ademais, em suas investigações, as transformações eram suscitadas pelas ações humanas, inspiradas ou governadas por motivos, paixões, ambições e etc.

A Exposição e o Resultado do Trabalho de Construção Histórica

Além de rechaçar a filosofia da história, o positivismo comteano e seus respectivos preceitos, era preciso desvencilhar a história da retórica e da literatura. Ao escrever a história, mesmo destinada ao público não especializado, o historiador não poderia dar-se ao direito de recuar quanto ao rigor. Contudo, nada lhe autoriza a tornar-se incompreensível, ou seja, manifestar uma linguagem incorreta, vulgar, descuidada e torpe. Ao contrário, precisa manter uma comunicação fácil, lançar mão de uma linguagem simples e inteligível a todos. Conforme Langlois e Seignobos (2009, p. 295), a complexidade dos fenômenos que pretende informar ao leitor não autoriza o historiador a escrever mal, tampouco, fazer literatura.

Dentre os mais diversos problemas que, irresistivelmente, confrontam o historiador, pesam-lhes as lacunas. Não tarda e o imperativo reclama um “raciocínio construtivo” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2009, p. 247-254) capaz de conjecturar, atender a demanda então configurada. Tão necessário quanto perigoso, o instrumento exige precauções. Ou seja, o cuidado para não confundi-lo ou tomá-lo por aquilo que ele não é, nem análise e tampouco fato obtido. Convém torná-lo sempre explícito, mantê-lo dentro do campo das hipóteses (“sem conclusões”), não recobri-lo por força da insistência com o manto da certeza. Assim, Seignobos (1938, p. 8) procurou informar sobre suas impressões pessoais vinculadas a explicação de certos fatos. Era importante deixar claro ao leitor aquilo que ele não podia afirmar por causa das fontes que não apresentavam uma prova indiscutível.

O problema da natureza lacunar da história atrelada à ausência das fontes necessárias foi abordado pelo historiador Paul Veyne em “Tudo é Histórico, logo, a História não existe” (2008). De acordo com o autor de *Le Pain et le Cirque* (1976), o conjunto de folhas impressas, manuscritas em volume ou uma obra historiográfica não é o que aparenta ser, ela não trata do Império Romano, mas daquilo que ainda podemos saber sobre esse império (VEYNE, 2008, p. 26). Além disso, sem escalas de graus entre os recortes, um fato não é mais importante que outro, não há como hierarquizá-los. Nas palavras de Veyne (2008, p. 26-29), nenhuma zona domina outra e, em todo o caso, não a absorve. Nesse sentido, existe uma relação intrínseca com os critérios estabelecidos pelo historiador em face da importância dos fatos.



Durante várias oportunidades, Charles Seignobos tentou justificar os seus critérios e as suas preferências. Como na obra intitulada “História da Civilização Europeia” em que trata da política. Dizia por volta de seus oitenta anos: “Dei o lugar principal aos acontecimentos e aos regimes políticos, guerras, revoluções, actos e governos. A última guerra nos mostrou com que poder a política estende a sua ação sobre a vida de um povo e domina todas as outras atividades” (SEIGNOBOS, 1939, p. 17).

DesSa feita, torna-se curioso o período no qual o livro fora escrito, após a Grande Guerra e às vésperas de um novo conflito de proporções gigantescas (do qual Seignobos veria apenas os primeiros passos), e sua proposta de revelar traços comuns de existência (“laços”) entre os europeus, pois estes lhes pareciam omitidos em leituras especializadas. Por sua vez, noutro livro, “História Sincera da França”, o historiador começa por apresentá-la da seguinte maneira ao seu leitor:

Não tenho a insensata pretensão de expor em um pequeno volume toda a história do povo francês: quis apenas explicar por que série de transformações se constituiu a nação francesa. Tentei, assim, mostrar em que tempo, em que lugar e por que motivo se criaram os usos, as instituições e as condições de vida que me pareceram constituir o fundamento da vida francesa, e indiquei o que foi criado em França e o que foi imitado do estrangeiro, de maneira a distinguir a tradição indígena [“não estrangeira”] das importações do exterior. O que tentei fazer não é, pois, mais do que um esboço da história da evolução do povo francês (SEIGNOBOS, 1938, p. 5).

Essas palavras abreviam, parcialmente, o que já dissemos até aqui. Ou seja, a preocupação com o tempo e o espaço, com os costumes e as instituições e a evolução. Sobre o seu julgamento pessoal e o partido que tomara, diria: “fica sujeito a contestações” (SEIGNOBOS, 1938, p. 8). Acaso, de certa forma, nossas escolhas não implicam sempre mais perdas que ganhos? “Na esmagadora massa dos fatos conhecidos, foi-me necessário escolher e conseqüentemente sacrificar” (SEIGNOBOS, 1938, p. 8). Amiúde, mostra suas inclinações ou insistências, seu trato com as fontes e o problema provindo das lacunas.

Considerações Finais

As considerações feitas acerca de Seignobos e Langlois empenharam-se em apresentar parte do discurso do método de tais autores, mais precisamente, dos aspectos de síntese histórica. Acreditamos que a compreensão da síntese proposta pela dupla sirva para o desenvolvimento de outros debates visto que representa o pomo de discórdia entre a historiografia metódica e a



sociologia durkheimiana. O modo como os *Annales* participaram dessa intriga e como articularam perspectivas divergentes também não nos parece indiferente.

A propósito da “construção histórica”, notamos um percurso em torno da ordenação diante do caótico universo dos fatos (percebidos conforme o lugar, o momento e a natureza), a elaboração de sínteses (pelas quais qualifica, quantifica e busca vínculos), os “raciocínios construtivos” (uma espécie de resposta, na medida do possível, ao problema das lacunas, em meio à tessitura narrativa) e a exposição.

Destarte, a escrita histórica aparece como o resultado de um percurso cuja participação do historiador é indispensável, no qual comparece a crítica, a imaginação, o questionário, as conjecturas e outros. Em alguns momentos, reforçamos a imagem de um Seignobos voltado aos temas políticos, contudo convém, ao mesmo tempo, destacar que em algumas ocasiões, o historiador abriu espaço para o questionamento de uma narrativa própria dos grandes nomes e tentou justificar as suas escolhas.

De acordo com Charles Seignobos (1939, p. 16), o lugar reservado aos grandes nomes forneceu uma imagem equivocada acerca da história. O conhecimento sobre as condições de vida da massa do povo era muito deficitário e o seu ensaio comparado dos povos europeus buscava diminuir isso. Para ele, os historiadores da primeira metade do século XIX tiveram algumas condições que lhes foram adversas, sobretudo, acerbados documentos dos quais se serviam, oriundos das classes privilegiadas (homens da Igreja, das leis e etc.). A tendência dos documentos passou para a história, que se tornou o panegírico inconsciente das autoridades oficiais, dando aos privilegiados um lugar desproporcional ao seu papel real, enquanto deixava na sombra a vida da população (SEIGNOBOS, 1939, p. 6).

De acordo com Silva (2010, p. 378), a valorização excessiva das fontes ao negar a subjetividade do historiador na operação histórica rendeu críticas e amálgamas a Langlois e Seignobos. Tais questionamentos os conduzem ao “objetivismo” e a ingenuidade. Contudo, dentro da perspectiva metódica da dupla não encontramos o termo “objetividade” como constitutivo da história. Conforme Antoine Prost, esse termo é impossível tanto na sociologia, na antropologia e na história, sendo preferíveis noções como imparcialidade e distanciamento. Segundo o autor, Charles Seignobos inclui-se, ao que considera essencial: as atitudes morais (deve mostrar a posição de todos



os atores) e as intelectuais (esforço elucidativo, superação de implicâncias pessoais, honestidade e rigor) com vistas à compreensão histórica (PROST, 2008, p. 257-258).

O método histórico promovido pelos dois historiadores, caso possa ser concebido de alguma maneira como “objetivo”, ainda assim não se prestaria ao velho antagonismo (subjetivo *versus* objetivo), porque não anula a subjetividade do historiador, ao contrário, busca legitimar a sua pretensão de verdade, estendendo-se desde a crítica das fontes – o que, inclusive, limita sua interpretação – à síntese pelas quais pretende afastar a disciplina histórica da literatura.

Além do aspecto literário, Langlois e Seignobos (2009, p. 299) rejeitam a filosofia da história, a história *magistra vitae* e a afirmativa de que a história não serve para nada¹⁹. Eles mostram a disciplina histórica como relevante para a compreensão do presente, pois explica a situação atual, indispensável para o desenvolvimento das ciências políticas e sociais ainda em vias de formação, uma vez que a observação estática dos fenômenos lhes é insuficiente (LANGLOIS; SEINGOBOS, 2009, p. 299-301).

Ao mesmo tempo a história consiste em um instrumento de cultura intelectual social. A propósito do ensino de história, mediante exemplos práticos, os futuros cidadãos se familiarizam com os fenômenos sociais, os usos e as instituições políticas, comparam costumes distintos, percebem suas características, variações e semelhanças. Conforme Langlois e Seignobos (2009, p. 311-312), o estudo dos acontecimentos e das crises familiariza o aluno com a ideia da contínua transformação das coisas humanas, o protege contra o temor irracional às mudanças sociais e matiza sua ideia de progresso.

As perspectivas acima são consideradas importantes no âmbito da educação e justificam a existência do ensino de história em seu meio, para o qual, ambos os historiadores propunham mudanças, porquanto não passava de “um catecismo de perguntas e respostas”. A história, na medida em que apresentava uma visão dinâmica e repleta de transformações, contribuía para a formação e tornava os alunos aptos a participar da vida pública. Tornava-se uma disciplina imprescindível em uma sociedade democrática, um “instrumento de educação política”. O que demonstra suas preocupações políticas, não tão somente atreladas à historiografia de ambos, mas

¹⁹ Nietzsche é uma das referências de Langlois e Seignobos (2009, p. 299) nesse sentido. Para tais historiadores, o filósofo teria afirmado em suas “Considerações Intempestivas”, a respeito da utilidade e desvantagem da história para vida, que o conhecimento histórico é nocivo e paralisante.



também em meio à sociedade francesa, revela a imagem do historiador comprometido (quem não o é?) com o seu tempo, atento ao mundo que habita.

Referências

- BLOCH, Marc. **Annales: économies, sociétés, civilisations**. Volume 5, número 1, 1950.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- CARBONEL, Ch.-Olivier. L'histoire dite "positiviste" en France. In: **Romantisme**, 1978.
- CHARTIER, Roger. **História, verdade e tempo**. Chapecó/SC: Argos, 2011.
- CHRISTOPHE, Charle. Charles Seignobos, historien pacifiste et européen. Les aspects méconnus d'un professeur à la Sorbonne, **Revue de la BNF**, v. 2, n. 32, 2009.
- DOSSE, François. **A história**. São Paulo: Unesp, 2012.
- FEBVRE, Lucien; BLOCH, Marc. Nos enquêtes collectives. In: **Annales d'histoire Économique et Sociale**. 1 année, n. 1, 1929.
- FEBVRE, Lucien. **Combats pour l'histoire**. Paris: Librairie Armand Colin, 1992.
- FEBVRE, Lucien. **Le problème de l'incroyance au XVIe siècle: a religion de Rabelais**. Paris: Éditions Albin Michel, 1947.
- LANGLOIS, Charles; SEIGNOBOS, Charles. **Introducción a los estudios históricos**. Alicante: Publicaciones Universidad de Alicante, 2009.
- MARROU, Henri I. **Do conhecimento histórico**. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- MARTINS, Estevão, CALDAS, Pedro. Leopold Von Ranke. In: **A constituição da história como ciência**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.
- MOLES, Abraham A. **As ciências do impreciso**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- NOIRIEL, Gérard. Préface. SEIGNOBOS, C. LANGLOIS, C. **Introduction aux études historiques**. Lyon: ENS Éditions, 2014.
- ORTEGA y GASSET, José. **História como sistema**. Mirabeau ou o político. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- POMIAN, Krzysztof. **El orden del tiempo**. Madrid: JúcarUniversidad, 1990.
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- PROST, Antoine. Préface. SEIGNOBOS, Charles. **La methode historique appliquée aux sciences sociales**. Lyon : ENS Éditions, 2014.
- REVEL, Jacques. **Proposições: ensaios de história e historiografia**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.
- SABATO, Ernesto. **A resistência**. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.
- SEIGNOBOS, Charles. **História da civilização europeia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
- SEIGNOBOS, Charles. **História sincera da França**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.



SEIGNOBOS, Charles. **La methode historique appliquée aux sciences sociales**. Éditeur Félix Alcan, Paris, 1901.

SILVA, Helenice Rodrigues. Charles Seignobos. **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV/Porto Alegre: Edipucrs, 2010

SIMIAND, François. Méthode historique et science sociale. In: **Annales : Économies, Sociétés, Civilisations**. 15 année, n. 1, 1960.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 4 ed. Brasília/DF: Editora UnB, 2008.